



Câmara Municipal de Nova Monte Verde

Estado de Mato Grosso
C.N.P.J. n.º 33.683.772/0001-24

PROJETO DE LEI Nº 004/2025

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A VERBA INDENIZATÓRIA PELO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR DOS VEREADORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
Autoria: Mesa Diretora.

A **MESA DIRETORA** da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e Regimento Interno desta Casa, encaminha para apreciação e deliberação dos Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica instituída na Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT a verba de natureza indenizatória mensal aos Vereadores, no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), em efetivo exercício das atividades parlamentares, dentro da permissibilidade prevista, conforme o art. 37, §11 da Constituição Federal, bem como a Resolução de Consulta nº 29/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT.

Art. 2º- A verba indenizatória estipulada serve de compensação quando não cabível o recebimento de adiantamentos ou diárias, para despesas com manutenção de transporte, em caso de uso de veículo próprio, alimentação, telefone e internet, aquisição de combustível para desenvolvimento do trabalho, serviços e produtos postais, locação de veículos, locomoção urbana, contratação de serviços para fins de apoio ao exercício do mandato parlamentar de consultorias e trabalhos técnicos, pesquisas socioeconômicas, divulgação de atividades parlamentar, realização de encontros afins de ouvir a população (respeitada a lei eleitoral), inscrição e participação em cursos, palestras, seminários, simpósios, congressos ou eventos congêneres, em viagens no âmbito municipal ou estadual.

Art. 3º - A verba indenizatória é destinada para atividades e despesas dentro e fora



Câmara Municipal de Nova Monte Verde

Estado de Mato Grosso

C.N.P.J. n.º 33.683.772/0001-24

da municipalidade, ficando assegurada aos Vereadores a utilização de diárias, para as despesas com alimentação, estadia e locomoção urbana (táxi, mototáxi, transporte por aplicativo), quando apenas em viagens para à Capital Estadual ou Federal, conforme legislação da Câmara Municipal que trata sobre a concessão de diárias.

Paragrafo Único. A verba indenizatória não pode ser destinada ao pagamento de despesa já indenizada sob outra forma, sob pena de se configurar duplicidade de pagamento da mesma despesa.

Art. 4º - O pagamento da verba indenizatória será feito até o décimo dia útil do mês subsequente, estando condicionado à prestação de contas por meio da apresentação de relatório circunstanciado das atividades realizadas pelo Vereador, constante no anexo I, que é parte integrante desta Lei.

§ 1º - A verba indenizatória será paga mesmo em recessos parlamentares, desde que justificada, por escrito, a sua utilização.

§ 2º - Sobre a Verba Indenizatória paga aos Vereadores não incidirá qualquer imposto, bem como não será computada para efeito dos limites remuneratórios do cargo e nem será base de cálculo para aferição dos gastos com pessoal.

Art. 5º - Fica suspenso o pagamento de Verba Indenizatória aos vereadores durante o período de campanha eleitoral, considerando o que preceitua o art. 73, da Lei Eleitoral nº 9504/1997.

§ 1º - Será contabilizado como prazo para suspensão de pagamento a data do registro das candidaturas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

§ 2º - A suspensão de que trata o caput atinge o lapso temporal para primeiro e segundo turno.

§ 3º - O vereador que estiver isento do processo eleitoral, poderá requerer o pagamento da verba indenizatória, devendo comprovar isenção ao pleito eleitoral em curso, com apresentação de autodeclaração ou outro documento hábil.

Art. 6º - Fica instituída a obrigatoriedade de apresentação de relatório **MANUSCRITO** e **DETALHADO** das atividades desenvolvidas pelos parlamentares da Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em respeito ao princípio da transparência



Câmara Municipal de Nova Monte Verde

Estado de Mato Grosso
C.N.P.J. n.º 33.683.772/0001-24

dos documentos públicos e o Parágrafo Único do art. 70 da Constituição Federal.

§1º - Cada vereador deverá apresentar na secretaria da Câmara até o segundo dia útil do mês subsequente, relatório detalhado das atividades realizadas mensalmente, contendo a data, fotos das ações, cupons, recibos, documentos fiscais, atestados de visitas, e outros, para averiguação da atividade parlamentar e autorização de pagamento por parte do Presidente.

§2º - As atividades que justificam o pagamento devem estar ligadas ao efetivo exercício da função legislativa e fiscalizatória do vereador, tais como fiscalização da execução orçamentária e das políticas públicas municipais, participação em reuniões, audiências públicas, atendimento à população e encaminhamento de demandas aos órgãos competentes, representação do município em eventos oficiais e congressos, bem como aquelas onde haja notório interesse público e estejam de fato atreladas a função.

Art. 7º - A não apresentação de relatório acarretará a suspensão do pagamento até que seja regularizada a situação.

§1º - O prazo para a regularização do relatório e pagamento da verba deverá ser feito até o décimo segundo dia útil do mês corrente.

§2º - A não regularização do relatório acarretará a perda do direito ao recebimento da verba indenizatória do mês.

Art. 8º - O parlamentar titular do mandato perderá o direito à verba de que trata esta Lei quando investido no cargo de Secretário Municipal, mesmo quando tenha optado pela remuneração do mandato, assim como nos casos de afastamento nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno.

Parágrafo único. O respectivo suplente que se encontrar no exercício do mandato fará jus a utilização da verba indenizatória, com todos os encargos, direitos e deveres inerentes previstos nesta Lei, pelo tempo que permanecer no mandato.

Art. 9º - O reajuste dos valores estabelecidos nesta Lei será realizado anualmente no mês de janeiro, até o dia 15 (quinze), utilizando-se como índice de correção o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

§1º - O reajuste previsto no caput deste artigo ocorrerá somente a partir do próximo ano de sua vigência e será aplicado caso não ultrapasse os limites estabelecidos nas



Câmara Municipal de Nova Monte Verde

Estado de Mato Grosso
C.N.P.J. n.º 33.683.772/0001-24

legislações orçamentárias, incluindo as restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

§2º- A efetivação do reajuste dependerá da disponibilidade orçamentária da Câmara de Vereadores, sendo vedada a aplicação que comprometa o equilíbrio fiscal e a gestão responsável das finanças públicas.

Art. 10º - As despesas desta Lei serão suportadas pelos recursos existentes no orçamento para custeio ordinário, (elemento de Despesa 33.90.93 – Indenizações e Restituições) da Câmara Municipal de Nova Monte Verde – MT.

Art. 11º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.249/2023 e Lei Municipal nº 1.222/2022.

Nova Monte Verde MT, 20 de março de 2025.

LIVIA DE ALMEIDA NUNES FIDELIS
VEREADORA PRESIDENTE

JOSÉ ALVES DA SILVA
VICE-PRESIDENTE

FLÁVIA MARTINS CORREA
1ª SECRETÁRIA

EDUARDO WIEDMANN CASSAROTTI
2º SECRETÁRIO



Câmara Municipal de Nova Monte Verde

Estado de Mato Grosso
C.N.P.J. n.º 33.683.772/0001-24

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Apresentamos o presente Projeto de Lei, que visa promover ajustes na legislação municipal que regulamenta a verba indenizatória dos vereadores, assegurando maior transparência, eficiência e adequação às demandas administrativas e operacionais do exercício parlamentar, com pedido de tramitação em regime de urgência. A proposta se fundamenta na necessidade de aprimoramento da legislação vigente, considerando princípios constitucionais e administrativos, bem como diretrizes de controle e fiscalização do uso de recursos públicos.

A verba indenizatória é um instrumento essencial para custear despesas relacionadas ao exercício da função legislativa, como locomoção, consultorias e outras demandas operacionais. A modernização da lei tem como objetivo reforçar os mecanismos de transparência e controle sobre a utilização da verba indenizatória.

A revisão da lei municipal também busca alinhar-se às normativas superiores e às boas práticas adotadas em outras esferas legislativas. Tribunais de Contas e órgãos de controle recomendam aprimoramentos constantes nos mecanismos de concessão e fiscalização das verbas indenizatórias, garantindo que o benefício cumpra sua finalidade institucional sem excessos ou desvios. O projeto prevê a introdução de critérios mais objetivos para a concessão dos valores, evitando interpretações subjetivas e padronizando as regras para todos os parlamentares.

A adequação da legislação trará impactos positivos na governança do Poder Legislativo Municipal, fortalecendo a imagem da Câmara perante a população, contribuindo para a confiança dos munícipes na atuação parlamentar, evitando eventuais distorções na utilização dos recursos públicos e promovendo uma gestão mais eficiente e ética.

Além disso, a urgência na aprovação deste projeto se faz necessária para garantir a efetividade da execução orçamentária, alinhando-se, também, ao princípio da economicidade e da eficiência na administração pública. A célere deliberação sobre a matéria permitirá a implementação das medidas necessárias para que os parlamentares possam desempenhar suas funções com os recursos adequados, evitando lacunas operacionais que possam impactar negativamente a qualidade do serviço prestado à população.

Portanto, a presente proposta de alteração da lei municipal sobre a verba indenizatória



Câmara Municipal de Nova Monte Verde

Estado de Mato Grosso

C.N.P.J. n.º 33.683.772/0001-24

para vereadores se justifica pela necessidade de modernizar e aprimorar a legislação, garantindo maior transparência, eficiência administrativa e controle dos gastos públicos. A aprovação deste projeto contribuirá para fortalecer a governança legislativa, consolidar boas práticas na gestão dos recursos públicos e assegurar que a utilização da verba indenizatória esteja alinhada aos princípios de moralidade, legalidade e eficiência na administração pública.

Dessa forma, submetemos esta proposta à consideração dos nobres vereadores, com pedido de regime de urgência em sua tramitação, a fim de viabilizar sua apreciação e votação em tempo hábil para garantir a regularidade e continuidade do exercício do mandato parlamentar, confiantes de que sua aprovação representará um avanço significativo na política de transparência e responsabilidade fiscal do município.

Nova Monte Verde MT, 20 de março de 2025.

LIVIA DE ALMEIDA NUNES FIDELIS
VEREADORA PRESIDENTE

JOSÉ ALVES DA SILVA
VICE-PRESIDENTE

FLÁVIA MARTINS CORREA
1ª SECRETÁRIA

EDUARDO WIEDMANN CASSAROTTI
2º SECRETÁRIO

